

**Rupturas da esfera
pública: a ligação
entre os atores, o
ecossistema digital
e a radicalização**

*[Public sphere ruptures: the linkage
between the actors, the digital
ecosystem, and the radicalization]*



Revista Compolítica

Ano 2023, v.13, n.2

<https://revista.compolitica.org/>

ISSN: 2236-4781

DOI: 10.21878/compolitica.2023.13.2.655

Entrevista com Simone Chambers
[Interview with Simone Chambers]

Bruna Silveira de Oliveira
Universidade Federal de Minas Gerais
[Federal University of Minas Gerais]

Rupturas da esfera pública: a ligação entre os atores, o ecossistema digital e a radicalização

[Entrevista com Simone Chambers]

Bruna Silveira de OLIVEIRA

Simone Chambers é professora e chefe do Departamento de Ciência Política da Universidade da Califórnia, Irvine. Ela é especialista em estudos democráticos e seus interesses de pesquisa são: democracia deliberativa, razão pública, esfera pública digital, retórica e civilidade. Entre suas principais obras, podemos citar o artigo “Bad Civil Society” (com Jeffrey Kopstein. *Political Theory*, 2001); os livros *Alternative Conceptions of Civil Society*, (com Will Kymlicka. Princeton University Press, 2002); *Deliberative Democratic Theory* (Annual Review of Political Science, 2003); *Reasonable Democracy: Jürgen Habermas and the Politics of Discourse* (Cornell University Press, 2018); *Contemporary Political Theory* (Polity, 2023); e o capítulo “An Ethics of Public Political Deliberation: The Case of Rhetoric” (*The Oxford Handbook of Rhetoric and Political Theory*. Oxford University Press, 2022).

Nesta entrevista, Chambers aborda a importância de se pensar a esfera pública no contexto de crise democrática. Ela também explica como considerar a desinformação e como sua assimetria pode nos ajudar a entender melhor algumas rupturas da esfera pública. Além disso, faz uma distinção entre partidarismo, polarização e radicalização.

É fato que uma esfera pública ativa e livre produzirá diferenças de opinião, multiplicidades e narrativas conflitantes, no entanto, a entrevistada destaca a necessidade de valorizar o pluralismo e a inclusão a partir de uma perspectiva crítica. Outra preocupação são os potenciais perigos dos novos ecossistemas digitais que enfraquecem a democracia. Para Chambers, devemos nos concentrar nos atores políticos que tentam minar a democracia.

Em seus trabalhos recentes, você tem se interessado pelos processos de crise democrática, sobretudo nos desafios conferidos à esfera pública. De que maneira você acredita que sua preocupação — e seus diversos estudos — sobre democracia deliberativa pode significar uma abordagem diferenciada para se pensar os novos mecanismos de destruição da esfera pública?

É um fato que minha teoria democrática olha para a democracia pela lente da esfera pública. E acredito que muito do que associamos à crise democrática realmente não pode ser entendido de forma adequada se desconexo da noção de esfera pública. Na verdade, acho que a esfera pública nas teorias da democracia deliberativa é ainda mais relevante agora, em tempos de crise democrática, e uma das razões é que muitas das patologias da democracia estão sendo acentuadas por meio da comunicação.

Um exemplo é a supressão de votos. Por um lado, podemos falar de recuos democráticos quando vemos ações como *gerrymandering*¹, ou como esforços para suprimir os votos, ou, ainda, quando se cria uma dificuldade para que as pessoas votem. Todas essas medidas são uma forma de retrocesso democrático e são realmente um sinal de crise democrática. Mas, em lugares como o Brasil e os Estados Unidos, a única maneira de apresentar essas propostas é com base em falsas narrativas de fraude eleitoral.

Assim, as únicas justificativas para essas medidas são esses argumentos que circulam em esfera pública, construídos sobre a falsa narrativa de “as eleições foram roubadas”. Portanto, esses exemplos de recuos institucionais concretos só são possíveis pelos tipos de argumentos e patologias que temos na esfera pública. E eu acredito que muitos de nossos problemas, por exemplo, a polarização, foram realmente sustentados por narrativas públicas. É por isso que uma teoria democrática que olha para as narrativas, para a comunicação, para a esfera pública, para o discurso, para o debate público e para os argumentos em retórica, é, realmente, penso eu, o ângulo mais importante para entender a crise democrática.

¹ Como este é um termo que não tem tradução para o português, é necessária a definição. Trata-se da manipulação de resultados eleitorais, a partir da alteração de um distrito eleitoral por um grupo político, a fim de beneficiar certos representantes políticos, ou de prejudicar outros. A prática é realizada mediante duas técnicas: a divisão das pessoas com características semelhantes, como eleitores de uma mesma filiação partidária; e o empacotamento de grupos de eleitores no menor número possível de distritos. Ver mais em: <https://www.nytimes.com/2019/06/27/us/gerrymander-explainer.html>. Acesso em: 20 jan. 2023.

Com base no entendimento de que a função da esfera pública é “facilitar a troca pluralista de opiniões, argumentos, reivindicações e demandas sobre problemas coletivos ou preocupações salientes que depois informam a prestação de contas e a capacidade de resposta” (Chambers; Kopstein, 2022, p. 3), em que sentido você acredita que a desinformação é um dos principais problemas que enfrentamos em termos de comunicação política hoje?

Eu realmente acho que a desinformação e a má informação são problemas sérios, mas não concordo com a opinião de que estamos em algum tipo de situação de pós-verdade, na qual os cidadãos, em geral, não se importam com a verdade. Ou que os cidadãos, em geral, estão sendo completamente dominados pelo consumismo ou por falsas narrativas, ou que todos eles estão sendo manipulados emocionalmente pelas mídias sociais.

Penso que o problema da desinformação realmente tem que se resumir aos detalhes. Portanto, acho que um dos fatores mais importantes da desinformação é sua assimetria. Algumas pessoas são mais afetadas pela desinformação ou acreditam em mais desinformação do que outras. E alguns países são mais afetados pela desinformação do que outros. Por exemplo, se você comparar a recente eleição alemã com a última eleição americana, há uma diferença relacionada à desinformação. Quero dizer, a Alemanha tem todo tipo de outros problemas de desigualdade econômica contemporânea e de não responsividade e assim por diante, mas a desinformação simplesmente não foi um problema na eleição como foi nos Estados Unidos. Assim, nesses dois tipos de assimetrias entre países (Estados Unidos e Brasil versus Alemanha e Canadá, por exemplo) e dentro dos países, os grupos de pessoas que estão sendo manipulados por meio da desinformação também são diferentes. Portanto, é preciso olhar para ela comparativa e politicamente.

Dito isto, acredito realmente que a desinformação e a má informação estão alimentando perigosamente a antidemocracia e a ascensão da autocracia.

Em seu artigo “Balancing Epistemic Quality and Equal Participation in a System Approach to Deliberative” (2017), você menciona como é preocupante para modelos sistêmicos de legitimidade que alguns líderes de opinião pública também sejam formadores de opinião e às vezes manipuladores. Dado esse contexto e as semelhanças entre Donald Trump e Jair Bolsonaro, como você

acha que a disseminação da desinformação por tais líderes políticos como uma estratégia mina a formação de uma opinião pública considerada?

Definitivamente isso prejudica a formação de uma opinião pública considerada. Mas, como disse em minha última resposta, primeiro mina certos grupos de pessoas, mas depois contribui para a polarização. Nos Estados Unidos — acho que isso também é verdade no Brasil — temos uma polarização séria, e isso significa que agora ambos os lados (democratas e republicanos) ficaram tão obcecados com suas prioridades e apenas em garantir que o outro partido ou o outro líder não chegue ao poder.

Eu gosto de fazer uma distinção entre partidarismo, polarização e radicalização. O partidarismo diz respeito a ter uma causa. E não há nada de errado com o partidarismo, certo? Porque uma causa pode demandar por justiça, e a política partidária é sobre partidarismo.

Então, o próximo nível é a polarização, que não tem uma causa, você não tem um conteúdo ideológico para seu tipo de contestação. Em vez disso, você simplesmente não quer que o outro tipo chegue ao poder. Isso é o mais importante. O conteúdo ideológico foi embora, e você está apenas lutando mais ou menos com as equipes. É a polarização dos Estados Unidos.

O terceiro nível é a chamada radicalização, que consiste em você se preocupar tanto com a chegada do outro partido ou líder ao poder ou com a perda de poder, de forma que você está disposto a violar normas e regras estabelecidas, a fim de garantir sua permanência no poder, ou, ainda, que a outra pessoa não suba ao poder.

Portanto, aqui vemos os democratas dos Estados Unidos altamente polarizados, o que não é bom, mas eles não são radicalizados da mesma forma que os republicanos são polarizados e radicalizados. E essa radicalização envolve a vontade de violar normas e regras que a maioria das pessoas normais manteria. Há dois tipos de normas que eles estão dispostos a violar: a primeira são as normas sobre veracidade, sobre compartilhar informações que você sabe que são falsas, mas que vão contribuir para sua causa. E a segunda, que, em última análise, é mais perigosa — é criada pela primeira e pela vontade de violar as regras da democracia —, é a relutância em deixar o cargo quando se perde a eleição. Portanto, Trump sabia que tinha perdido, mas estava tentando tudo para se manter no poder. E a mesma narrativa está acontecendo agora mesmo, entre as eleições no Brasil.

Em “Truth, Deliberative Democracy, and the Virtues of Accuracy: Is Fake News Destroying the Public Sphere?” (2021), você sugere, como combate às fake news, uma certa combinação entre a ideia Habermasiana de democracia como rastreamento da verdade e as virtudes da acurácia identificadas por Williams (2002). Como pensar nesse desafio, se vivemos, atualmente, uma guerra epistêmica sobre o que é a verdade?

Na obra de Williams há uma diferença entre veracidade e acurácia. A veracidade é sua disposição de não mentir, de dizer a verdade. A acurácia é sua disposição de não apenas acreditar na primeira coisa, de fazer um esforço mínimo para corrigi-la, é quando você é capaz de ser corrigido também.

Eu acredito que a maioria das pessoas, ao serem questionadas, dizem que se importam com a verdade. De fato, eu acho que a maioria das pessoas se preocupa com a verdade. E é por isso que, quando você olha para os Estados Unidos (eu não sei se isto é verdade no Brasil), mais uma vez esta é uma questão de assimetria, a mídia mainstream realmente ainda usa argumentos baseados em evidências, em fatos, e eles podem ser verificados. Uma das coisas que vemos é a explosão do *fact-checking* [checagem dos fatos], e todos estão loucos por isso, em parte porque a população em geral gosta da ideia de que os fatos estão sendo verificados. Portanto, meu argumento foi uma tentativa de alavancar o que eu acho que é uma intuição muito comum entre muitas pessoas, de que elas querem ter acurácia, que não estão abraçando a situação de pós-verdade.

As pessoas dizem: “Essa é a sua verdade, e existem essas verdades...”. Mas eu acho óbvio, por exemplo, que Trump perdeu as eleições, certo? E há algumas pessoas que não acreditam nisso. Isso não é como “nós temos uma verdade ou aquela verdade”. Essa é a verdade, e algumas pessoas não acreditam nisso. E eu acho que ainda há muitas pessoas que realmente entendem que existem fatos por aí.

Portanto, não estou preocupada com algum tipo de crise existencial universal da verdade, de forma alguma. Estou preocupada com uma polarização partidária ou uma radicalização partidária de certos grupos da população em alguns contextos, como nos Estados Unidos e no Brasil, e em outros lugares, que podem ameaçar a democracia.

Como uma “cultura política discursiva” (Chambers, 2018) pode nos ajudar a refletir sobre a reprodução de entendimentos compartilhados no contexto assimetricamente polarizado ao qual estamos submetidos?

Essa é uma questão complicada. É verdade que o discurso e o debate público exigem algum tipo de entendimento de fundo compartilhado, mas não vejo o debate público como a criação de entendimentos compartilhados ou a obtenção de um consenso. Vejo a cultura discursiva pública como um processo altamente crítico de contestação em que as reivindicações são feitas por grupos ou elites políticas que fazem propostas e depois são criticadas. O mais importante é que o contexto do debate público, da cultura política discursiva, seja aberto e pluralista e contestatório e ligeiramente selvagem e que todos possam dizer qualquer coisa. Isso requer uma cultura subjacente, que valorize o pluralismo e a diferença de valores e pense que isso será útil em oposição à visão de que temos que suprimir a oposição, temos que suprimir a contestação, temos que suprimir a crítica e apenas encontrar algum caminho que a maioria poderia seguir. Portanto, a ideia de uma cultura política deliberativa discursiva não é uma noção de uma cultura em que todos nós compartilhamos coisas, mas sim uma cultura tolerante e pluralista na qual todos nós valorizamos o debate.

Habermas refere-se à esfera pública informal como uma espécie de espaço selvagem e anárquico, no qual qualquer pessoa pode dizer qualquer coisa. É um contexto de descoberta de novas reivindicações e de novas possibilidades. Isso significa que temos que valorizar o pluralismo. É o que eu quis dizer com cultura política discursiva, não uma ideia de que todos compartilhamos alguns entendimentos culturais substantivos.

Você e Jeffrey Kopstein revisitaram o artigo “Bad Civil Society”, de 2001, e afirmaram, no texto mais atual (2021), que um dos pontos de acerto do artigo foi dizer que uma sociedade civil vibrante e ativa nem sempre é boa para a democracia. De que maneira você acredita que o engajamento de maus atores na esfera política pode acabar deturpando a ideia de democracia em si?

Bem, eu acredito que um princípio central da democracia é a inclusão. E alguns grupos que eu consideraria insalubres na democracia foram excluídos. Por exemplo, quando o Tea Party chegou à cena pública nos Estados Unidos, ele estava cheio de pessoas que nunca haviam se envolvido na

política. Havia pessoas que realmente sentiam que nunca tiveram uma palavra a dizer e que nunca tiveram suas vozes ouvidas. E, assim, em algum nível, acho que, a partir do princípio da igualdade, cada cidadão deve ter a oportunidade de ser incluído no debate público. Porém, temos o problema de que a sociedade civil é o lar de muitos grupos antidemocráticos, certo? Nós toleramos a intolerância? Nós incluímos democraticamente as pessoas que querem destruir a democracia? E aí devemos encontrar algum equilíbrio entre o valor da inclusão e o problema de incluir pessoas que realmente querem minar e destruir o princípio do valor da inclusão. Mas o que mais queremos mostrar com isso é que não podemos simplesmente celebrar a diversidade por si mesmo.

É possível celebrar a inclusão, mas é preciso pensar em ter alguns limites. Nosso argumento original era realmente dirigido contra pessoas que pensavam que tudo o que você precisava fazer era conseguir que as pessoas participassem da sociedade civil, que o problema das sociedades modernas é que elas produziam indivíduos anômicos. Portanto, se você conseguir que as pessoas se envolvam em grupos e associações, isso fomentaria esse tipo de compromisso cívico. E nosso ponto era: você pode fomentar algum sentimento de pertencimento dentro do grupo, mas se o grupo for racista ou supremacista branco, você não está fazendo nada de bom. Portanto, eu sou contra teorias políticas que apenas dizem que quanto mais pessoas aderindo a grupos, melhor, porque claramente não é esse o caso.

Por outro lado, em relação aos erros cometidos no artigo de 2001, vocês apontaram que ignoraram dois pontos cruciais para a formação da bad civil society: status e raça. Em que sentido você acredita que os grupos antidemocráticos atuais se diferenciam dos diversos grupos antidemocráticos ao longo da história, em relação a status, raça, e, ainda, a gênero?

Isto tem muito a ver com os Estados Unidos, mas não apenas com o país. Quem são as pessoas que apoiam os movimentos autoritários de direita mais problemáticos nos Estados Unidos e estão dispostas a invadir o Capitólio e a questionar os resultados das eleições? Quem são eles e por que foram empurrados nessa direção ou desenhados nessa direção? Em nossa visão original, dissemos que as pessoas que não têm oportunidades econômicas são as que se engajam em grupos antissistema. E isso é muito simples. Nos Estados Unidos, podemos dizer que as pessoas que sentem que perderam seu status devido ao aumento do multiculturalismo e da inclusão também se engajam nesses grupos. Eles

são nacionalistas brancos e você pode chamá-los de supremacistas brancos. Mas, na verdade, não me parece que isso seja exatamente correto. São pessoas que pensam que houve um mundo no qual eles, como grupo branco, tiveram benefícios e status e que estão perdendo esse status. Eles não culpam realmente os negros. O que eles fazem é culpar um sistema que eles pensam que beneficia os negros.

Quando se pesquisa esses grupos, eles têm ideias incrivelmente falsas sobre a noção de oportunidades, como pensar que os negros nos Estados Unidos têm mais oportunidades do que ninguém e que todos eles estão ficando ricos e estão indo para a faculdade de graça. E, é claro, isso não é verdade, certo? Então, a aspiração de ainda se ter o status é completamente injustificada. Mas o que é verdade é que eles estão vivendo em um mundo diferente. Algumas pessoas têm argumentado que, em certo sentido, este recuo é uma espécie de bom sinal. É o último suspiro de certos grupos de brancos porque eles acreditam que estamos nos movendo para uma democracia multiétnica e multicultural, que estamos realmente tentando criar oportunidades iguais que tornarão o mundo diferente para os brancos. E o sucesso da inclusão estaria promovendo isso. O resultado é que o ressentimento racial é apenas uma grande parte da história das ameaças da direita à democracia nos Estados Unidos.

Como você avalia as perspectivas que conferem às plataformas de mídias sociais a posição de grandes vilões das crises democráticas atuais?

Eu acho que, por exemplo, o Facebook, todos adoram odiar o Facebook e é fácil fazer apenas as plataformas de mídia social os vilões. Vemos na imprensa *mainstream* um tipo constante de histórias e revelações sobre como essas plataformas são realmente horríveis e maléficas. Mas eu acho que elas são como qualquer corporação capitalista. Elas querem ganhar dinheiro e farão o que têm que fazer para isso, e nós precisamos regulamentá-las. Essas plataformas querem operar dentro das democracias e não se propõem a destruir as democracias. Elas apenas se propõem a ganhar dinheiro. É fato que a tecnologia que vem sendo utilizada está ultrapassando nosso conhecimento de como controlar e limitar essas plataformas. Mas parte da minha perspectiva da inovação tecnológica ou dessa digitalização da comunicação na esfera pública é que estamos no início dessa revolução, e temos muito a aprender. Eu acho que o cenário das plataformas vai mudar radicalmente.

Nos Estados Unidos, por exemplo, não há mais jovens no Facebook. A partir de então, será o Meta, certo? As pessoas vão mergulhar no metaverso. Quer dizer, quem sabe? Mas o cenário vai mudar muito rápido. E, por isso, acho que não devemos nos concentrar nas plataformas. Acho que devemos

nos concentrar nos atores políticos que abusam das plataformas e nos atores políticos que tentaram manipular a democracia. A manipulação está presente há muito tempo. E talvez essas ferramentas da esfera pública digital sejam novos tipos de ferramentas que tornam a manipulação mais difícil de combater. Mas devemos nos concentrar nos maus atores, e não na tecnologia.

Considerando que os teóricos democráticos estão preocupados, cada vez mais, com o ecossistema midiático digital, de que maneira você acredita que as metodologias utilizadas por esses estudos podem aprofundar a compreensão sobre a complexidade das interações digitais?

Há uma nova geração de teóricos democráticos. Ainda é um pequeno grupo, mas eles estão crescendo e se tornaram tecnológica e digitalmente alfabetizados. Eu acredito que precisamos de uma nova geração de teóricos políticos que realmente entendam de tecnologia. Mas também acredito que deveríamos estar olhando para o desenvolvimento dos cursos de engenharia, por exemplo. Cada vez mais jovens estão fazendo engenharia da computação, certo? E estamos preocupados com a ética nas escolas de medicina e de administração, por exemplo, há muito tempo. Em engenharia, a ética geralmente tem sido certificar-se de não construir uma ponte que vá cair sobre as pessoas e lhes causar a morte. Mas eu acho que a engenharia tem se tornado cada vez mais digital, certo? Portanto, a ciência da computação e o design são componentes centrais dos espaços políticos. Deveríamos pensar em educar os engenheiros para estarem cientes de sua responsabilidade democrática na criação de espaços em que os cidadãos vão passar uma grande parte de seu tempo.

Da mesma forma que olhamos para a arquitetura e para os edifícios espaciais, e pensamos: “Será que as pessoas podem se reunir lá?”; “isto é um espaço?”; “esta cidade foi construída para que pudesse ter protestos ou para reunir as pessoas?”; ou “é um espaço que as afasta?”; os espaços que encontramos, frequentamos e convivemos no mundo digital também têm essas ramificações. Penso que seja realmente essencial educar uma nova geração de teóricos políticos que são conhecedores da tecnologia, mas também introduzir esses elementos políticos em nossa educação técnica para a próxima geração.

Atualmente, você está trabalhando no livro Contemporary Democratic Theory. Para você, quais seriam as principais lacunas a serem preenchidas por futuras pesquisas sobre teoria democrática?

O final do século XX foi um período de crescimento democrático e de democratização. Na ciência social empírica, a questão realmente era “vamos medir a democracia”. Tínhamos todos esses estudos sobre “o que é democracia? E vamos medir”. Na teoria normativa democrática a questão era: “Qual é a melhor forma de democracia?”.

A segunda metade do século XX foi dominada pela competição entre a democracia participativa, a democracia direta, a democracia deliberativa e a democracia agonística, todos esses tipos de modelos de democracia lutavam para ser a melhor forma. E agora não vivemos em uma época de crescimento da democratização, é uma época de erosão e retrocesso. O debate fundamental mudou de “qual é a melhor forma de democracia?” para “por que queremos a democracia? O que há de tão bom na democracia?” E as comparações não são entre tipos de democracia, mas entre coisas como democracia e autocracia, meritocracia, epistocracia, tecnocracia e os mercados. Isso foi impulsionado por todo tipo de evidência de que as instituições democráticas estão falhando, ou são incapazes de ter bons resultados, como não conseguir lidar com as alterações climáticas, ou, ainda, não oferecer retorno à população e nem ouvir os cidadãos.

E, nesse contexto, a teoria democrática está olhando para a questão “Por que vale a pena salvar a democracia?”. As democracias estão realmente resolvendo nossos problemas?” Algumas pessoas acreditam que uma autocracia pode resolver seus problemas. Mas você vai renunciar à igualdade política — que é algo de valor intrínseco — por melhores resultados políticos? É como trocar o autorrespeito por um sentimento de segurança. E acho que este é realmente um bom momento na teoria democrática para começar a pensar sobre o que vale a pena lutar na democracia. Nisso, acho que se fala muito sobre inovação democrática, que agora é um campo em si mesmo. Acho que, embora se fale tanto sobre a morte da democracia e a erosão democrática, o envolvimento popular em inovações democráticas, assembleias de cidadãos e minipúblicos nunca foi tão alto. Há mais do que nunca instituições dessas em todo o mundo, principalmente nas democracias liberais. Todas as pesquisas mostram que os cidadãos realmente gostam disso. Eles estão sendo cada vez mais usados para debate sobre questões de mudança climática, por exemplo.

Acho que o maior desafio e a maior lacuna é algo com o qual não consegui lidar adequadamente no livro. Eu acho que é o chamado problema de fronteira. É o fato de vivermos em um mundo em que todos atravessam fronteiras, da crise climática à crise política, e não sabemos como incluí-las em um sistema democrático. Portanto, ainda estamos presos à noção de estados-nação que são bastante democráticos, e esses grupos não estão realmente enfrentando problemas de imigração, por exemplo. Eles se preocupam com a questão da imigração em todos os países ocidentais, mas não estão realmente lutando para se chegar a soluções razoáveis para o problema no futuro. Então essa, eu acho, é a maior lacuna. Acredito que, para a teoria democrática, a maior lacuna agora é lidar com a migração e o movimento de pessoas por meio das fronteiras e entender como a democracia pode lidar com isso.

Referências

- CHAMBERS, Simone. Balancing Epistemic Quality and Equal Participation in A System Approach to Deliberative Democracy. *Social Epistemology*, Abingdon, v. 31, n. 3, p. 266-276, 2017. DOI: 10.1080/02691728.2017.1317867.
- CHAMBERS, Simone. *Contemporary Political Theory*. Cambridge: Polity, 2023.
- CHAMBERS, Simone. Deliberative Democratic Theory. *Annual Review of Political Science*, San Mateo, CA, v. 6, n. 1, p. 307-326, 2003. DOI: 10.1146/annurev.polisci.6.121901.085538.
- CHAMBERS, Simone; KYMLICKA, Will (ed.). *Alternative Conceptions of Civil Society*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2002.
- CHAMBERS, Simone. *Reasonable Democracy*. Ithaca, NY: Cornell University Press, 2018.
- CHAMBERS, Simone. Truth, Deliberative Democracy, and the Virtues of Accuracy: Is Fake News Destroying the Public Sphere? *Political Studies*, Thousand Oaks, CA, v. 69, n. 1, p. 147-163, 2021. DOI: 10.1177/00323217198908.
- CHAMBERS, Simone. An Ethics of Public Political Deliberation: The Case of Rhetoric. In: GAONKAR, Dilip Parameshwar; TOPPER, Keith (ed.). *The Oxford Handbook of Rhetoric and Political Theory*. Oxford: Oxford University Press, 2022. DOI: 10.1093/oxfordhb/9780190220945.001.0001.
- CHAMBERS, Simone; KOPSTEIN, Jeffrey. *Wrecking the Public Sphere: The New Authoritarians' Digital Attack on Pluralism and Truth*. Constellations, Hoboken, NJ, 2022. DOI: 10.1111/1467-8675.12620.

CHAMBERS, Simone; KOPSTEIN, Jeffrey. *Bad Civil Society*. Political Theory, Thousand Oaks, CA, v. 29, n. 6, p. 837-865, 2001.

CHAMBERS, Simone; KOPSTEIN, Jeffrey. Revisiting 'Bad Civil Society'. *HistPhil*, s. l., 2021.
Disponível em: <https://histphil.org/2021/05/04/revisiting-bad-civil-society/>. Acesso em: 6 jul. 2022.

WILLIAMS, B. *Truth and Truthfulness: An Essay in Genealogy*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2002.

Nota

Este trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) – Código de Financiamento 001.

Sobre a autora

Bruna Silveira de Oliveira é Doutoranda em Comunicação pela Universidade Federal de Minas Gerais, na linha de pesquisa "Processos Comunicativos e Práticas Sociais". Mestra em Comunicação pela mesma instituição. Graduada em Jornalismo pela Universidade Federal de Ouro Preto - com período sanduíche na Universidade de Coimbra (Portugal).

Data de submissão: 20/01/2023.

Data de aprovação: 10/07/2023.